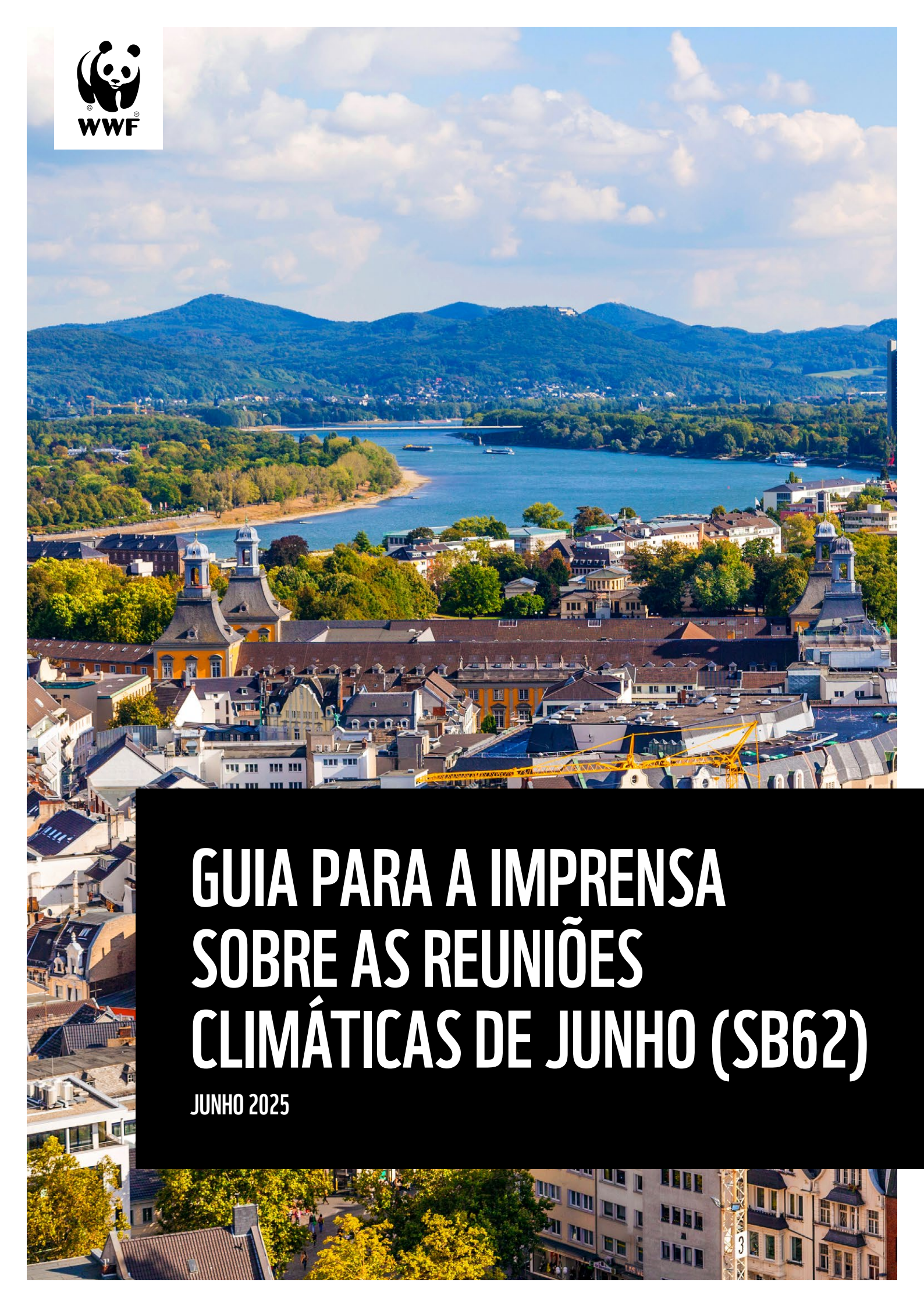


An aerial photograph of a city, likely Basel, Switzerland, showing a dense urban area with various buildings, including churches with domes. A wide river flows through the city, with a bridge visible in the distance. The background features rolling green hills under a blue sky with scattered white clouds. A yellow construction crane is visible in the lower right foreground.

GUIA PARA A IMPRENSA SOBRE AS REUNIÕES CLIMÁTICAS DE JUNHO (SB62)

JUNHO 2025

1. O que são as Reuniões Climáticas de Junho (SB62)?

As [Reuniões Climáticas de Junho](#) são uma etapa fundamental das negociações da Conferência das Partes (COP), que é a reunião anual de países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima ([UNFCCC](#)). Os órgãos dirigentes da COP são auxiliados por dois órgãos subsidiários permanentes, que fornecem informação e aconselhamento sobre questões científicas e avaliam a implementação das decisões da conferência: o Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico ([SBSTA](#)) e o Órgão Subsidiário de Implementação ([SBI](#)). A SB62 é a 62ª Sessão dos Órgãos Subsidiários (Subsidiary Bodies), que será realizada entre 16 e 26 de junho, em Bonn, na Alemanha. Trata-se de etapa preliminar das negociações que ocorrerão na [COP30](#), entre 10 e 21 de novembro, em Belém, no Brasil. Enquanto as COPs são realizadas em diferentes países, as Reuniões Climáticas de Junho sempre ocorrem em Bonn, onde fica a sede da UNFCCC.

2. Qual é a importância das Reuniões Climáticas de Junho?

Essa negociação preliminar é realizada nas Negociações preliminares das COPs são realizadas nas Reuniões Climáticas de Junho, como são conhecidas as sessões dos dois órgãos subsidiários permanentes que auxiliam os órgãos dirigentes da Conferência. Essas reuniões são também chamadas de “interseccionais”, por serem uma etapa de passagem de uma COP para outra. Assim, a partir dos resultados da COP29, em Baku, no Azerbaijão, a SB62 definirá as prioridades na COP30. A SB62 é fundamental, pois quanto mais avançarem as discussões em Bonn, maior a chance de sucesso nas negociações em Belém. Como o número de temas é muito grande e as discussões extremamente complexas, uma negociação prévia é necessária, de forma que os representantes dos países já cheguem à COP com as prioridades estabelecidas e os debates adiantados.

3. Por que a imprensa deve ficar atenta à SB62?

Além de definir quais serão os temas priorizados na COP30 e apontar o que se pode esperar dos resultados da conferência, a SB62 será um termômetro das discussões climáticas no desafiador cenário geopolítico que emergiu recentemente. Se a COP29 teve suas negociações influenciadas pela guerra na Ucrânia, que ainda persiste, na COP30 o cenário será ainda mais complexo por conta da crise do multilateralismo e da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris. Em um cenário de incertezas, a SB62 revelará como os países vão se posicionar diante desse novo contexto e como ficarão dispostas as peças desse xadrez de negociação climática que irá perdurar ao menos pelos próximos quatro anos. Ainda não se sabe se os Estados Unidos vão se posicionar publicamente fazendo parte das negociações, se irão negociar de forma reservada, sem alarde, ou se simplesmente tentarão travar o processo de negociação.

4. Não haverá decisões ou conclusões de negociações climáticas na SB62?

Embora seja uma conferência de alto nível, com a provável presença de ministros de Estado de vários países, a SB62 não trará decisões finais. O objetivo é avançar o máximo nas negociações para viabilizar as decisões na COP30. A reunião de junho em Bonn será especialmente importante em 2025, já que o principal foco da conferência em Belém é a revisão e o aprofundamento da implementação dos acordos e compromissos globais de combate à mudança climática. Por isso a presidência da COP30, que é do Brasil, tem tratado o evento como “a COP da implementação” – isto é, passada a etapa de negociação do acordo climático, o objetivo é que os negociadores se concentrem em como as decisões anteriores estão sendo colocadas em práticas pelos países. A SB62, portanto, terá um papel prático fundamental de refinar as discussões para permitir que em Belém haja avanços na implementação.

5. Agenda da SB62: os debates mais relevantes

A SB62 tem uma [agenda preliminar](#) definida, que será discutida no primeiro dia do evento, 16 de junho. Cada um dos tópicos a serem negociados deverão ser aprovados, de forma consensual, por todos os participantes no primeiro dia. Só então será possível saber quais tópicos realmente entrarão em debate. Entre os vários temas da agenda preliminar, alguns dos mais importantes envolvem discussões sobre:

- [Balanço Global](#) (GST, na sigla em inglês)
- [NDCs 3.0](#) (novas metas climáticas nacionais ambiciosas)
- [Programa de Trabalho de Mitigação](#) de gases de efeito estufa
- [Adaptação às Mudanças Climáticas](#)
- [Mecanismo de resposta a perdas e danos](#)
- [Financiamento: Roteiro de Baku a Belém](#) para US\$ 1,3 trilhão
- [“Diálogo Oceano e Clima”](#): conexões entre oceanos e mudanças climáticas.

- [Implementação de ações climáticas para agricultura e sistemas alimentares.](#)
- [Engajamento ético e equitativo para Povos Indígenas](#) nas NDCs
- [Transição energética justa](#) e equitativa para uma economia de baixo carbono
- [Artigo 2.1 do Acordo de Paris](#) (fluxos financeiros para o financiamento climático)

6 – O que o WWF-Brasil espera da SB62?

Para o WWF-Brasil, é fundamental que sejam feitos avanços consistentes na maior parte das agendas, em especial aquelas ligadas ao uso da terra – isto é, que envolvem a agropecuária, as florestas e a eliminação do desmatamento –, aos oceanos, à adaptação a mudanças climáticas, à proteção de populações vulneráveis, financiamento climático e redução das emissões de gases de efeito estufa e eliminação gradual dos combustíveis fósseis.

O resultado desejável na SB62 é que o menor número possível de discussões sejam postergadas para a COP30 e as agendas avancem o suficiente para que as decisões sejam firmes e céleres na conferência de novembro em Belém. Também é importante que as vozes dos povos indígenas, por meio das suas organizações representativas, sejam ouvidas e influenciem as discussões e decisões.

Considerando essas expectativas, para o WWF-Brasil, as prioridades para a ação climática, tanto na SB62 como na COP30 são:

- Que os países sejam capazes de intensificar as ações para fortalecer a adaptação e a resiliência diante do crescente número de eventos climáticos extremos – incluindo um consenso sobre os indicadores de adaptação a serem adotados.
- Que os países apresentem NDCs (contribuições nacionalmente determinadas de redução de emissões de gases de efeito estufa) ambiciosas e aprimoradas, de forma que o Balanço Global sinalize esperança para a ação climática nos próximos anos.
- Que os países cheguem a um acordo sobre um conjunto de ações para acabar com o desmatamento e a conversão de ecossistemas.



- Que os países cheguem a um acordo sobre medidas para acelerar a transição energética equitativa e justa, eliminando combustíveis fósseis, juntamente com a ampliação da eficiência energética e renovável e o acesso universal à energia.
- Que representantes das populações indígenas tenham voz ativa nos processos de negociação.

7. Adaptação deverá ser tema central na SB62

É fundamental que a discussão sobre a adaptação às mudanças climáticas tenha um lugar de destaque nas negociações da SB62, incluindo os esforços para aprimorar os indicadores de adaptação à mudança climática.

Um grande grupo de especialistas e técnicos tem trabalhado para coletar, filtrar e refinar esses indicadores de adaptação, que podem ajudar os países a implementarem e reportarem suas ações de adaptação de nível nacional. Eles serão centrais para medir os progressos em direção ao [Objetivo Global de Adaptação](#) estabelecido no Acordo de Paris, bem como questões relacionadas ao Fundo de Adaptação.

A [versão consolidada dos indicadores](#) – voltados para adaptação em áreas como saúde, recursos hídricos e ecossistemas – será analisada e discutida pelos países pela primeira vez em Bonn e a COP30 será o prazo final para sua aprovação.

Na discussão sobre adaptação climática, a expectativa é que a SB62 proporcione:

- Um acordo sobre os indicadores para medidas de adaptação que possam servir de base para o planejamento, financiamento, relatórios, implementação e avaliação de ações de adaptação, incluindo indicadores para meios de implementação (recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia, capacitação).
- Engajamento construtivo em relação ao Roteiro de Adaptação de Baku (BAR), mandatado na COP29, que promove e apoia a implementação da adaptação como um processo contínuo.
- Engajamento de uma ampla gama de partes interessadas e grupos vulneráveis na preparação ou atualização de seus Planos Nacionais de Adaptação, incluindo Povos Indígenas e comunidades locais, levando em consideração o conhecimento tradicional, a adaptação liderada localmente e a adaptação baseada em ecossistemas (soluções baseadas na natureza).

8. Outros temas fundamentais

A) NDCs e Balanço Global do Acordo de Paris

Os países têm prazo até setembro de 2025 para apresentar ambiciosos planos climáticos (NDCs 3.0). Para refletir o resultado do primeiro Balanço Global (GST) do Acordo de Paris, essas novas NDCs devem impulsionar as metas para 2030 e estabelecer compromissos para 2035, incluindo a eliminação acelerada dos combustíveis fósseis e a interrupção e

reversão da destruição dos ecossistemas.

O “Balanço Global” (também conhecido como Global Stocktake ou GST) é um processo estabelecido dentro do Acordo de Paris para avaliar a resposta global às mudanças climáticas a cada cinco anos. O GST apresentou seu primeiro relatório na COP28, em Dubai, mas as partes não conseguiram avançar na implementação de elementos-chave de seus resultados. Para destravar esses avanços, é preciso que a SB62:

- Realize um diálogo robusto sobre o GST, a fim de desenvolver capacidades e compartilhar as melhores práticas para o desenvolvimento de NDCs 3.0 ambiciosas e inclusivas.
- Encaminhe respostas à lacuna de ambição nas NDCs, em particular à lacuna de mitigação entre o efeito agregado das NDCs e as reduções de emissões necessárias até 2030 e 2035 para ter uma chance de limitar o aquecimento a 1,5°C neste século.
- Chegue a uma proposta preliminar para a definição do escopo do Diálogo dos Emirados Árabes Unidos sobre a implementação dos resultados do GST, com foco na transição energética, eliminação gradual dos combustíveis fósseis e expansão das energias renováveis, eliminação do desmatamento e conservação dos ecossistemas, financiamento e outros apoios necessários e superação de barreiras.

B) Redução de emissões de gases de efeito estufa

Na SB62, é preciso avançar na definição de um pacote de medidas que seja capaz de preencher a persistente lacuna de mitigação de emissões de gases e efeito estufa, para evitar que o aquecimento global ultrapasse 1,5°C. Essas medidas devem incluir:

- Um esforço renovado no âmbito do [Programa de Trabalho de Mitigação](#) (MWP, na sigla em inglês), com novas soluções cooperativas para a redução de emissões nos setores da indústria, agricultura, silvicultura e outros usos da terra, de forma complementar ao GST.
- O MWP também deve manter o foco no pilar central da descarbonização do setor energético, responsável por 75% das emissões globais.
- Os dois diálogos do MWP relacionados a resíduos e florestas devem produzir ações cooperativas que podem ser tomadas por estados, governos subnacionais e atores não estatais para reduzir as emissões até 2030.

C) Roteiro de Baku a Belém para US\$ 1,3 trilhão

A COP29 estabeleceu a meta de mobilizar pelo menos US\$ 300 bilhões por ano até 2035 para os países em desenvolvimento, com os países desenvolvidos liderando. Também apela a “todos os atores” para que aumentem o financiamento para pelo

menos US\$ 1,3 trilhão anualmente até 2035, e estabelece o [“Roteiro de Baku a Belém](#) como instrumento para mapear as oportunidades de se chegar a 1,3 trilhão”. É importante que esse roteiro seja priorizado na SB62 para que possa:

- Assumir a forma de um plano de ação com responsabilidades, marcos e metas anuais claras para ampliar o financiamento climático entre agora e 2035.
- Garantir financiamento adequado para o Fundo de Resposta a Perdas e Danos.
- Identificar e implementar novas fontes de financiamento climático, incluindo impostos sobre os lucros dos combustíveis fósseis, redirecionamento dos subsídios aos combustíveis fósseis e taxas sobre transações financeiras.
- Fortalecer os laços entre o financiamento climático e setores relacionados, como biodiversidade, degradação da terra e sistemas alimentares.

D) Artigo 2.1C do Acordo de Paris

O [artigo 2.1C do Acordo de Paris](#) trata do objetivo de tornar os fluxos financeiros consistentes com um caminho para baixar emissões de gases de efeito estufa e desenvolvimento resistente ao clima. A discussão deste artigo, que envolve os “investimentos verdes”, deverá ser retomada na SB62, a fim de avançar para negociações formais sobre o alinhamento dos fluxos financeiros com o Acordo de Paris. O objetivo da discussão deve ser:

- Estabelecer uma estrutura financeira global para a transição com metas e planos definidos para governos, bancos, corporações e projetos.
- Incorporar os princípios da transição justa na tomada de decisões financeiras.
- Estimular os países a redirecionar os subsídios aos combustíveis fósseis para energias renováveis e políticas de transição justa.

E) Tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono

A produção e o uso de combustíveis fósseis contribuíram com cerca de 75% das emissões que impulsionam o aquecimento global e, portanto, o setor energético é a mais alta prioridade nos esforços para limitar o aquecimento global. A capacidade global de energia renovável deve triplicar, a taxa média anual de melhorias na eficiência energética deve dobrar até 2030 e o mundo precisa eliminar gradualmente os combustíveis fósseis. Para acelerar uma transição energética justa, os países devem:

- Consagrar a transição em planos transparentes de implementação e monitoramento.
- Eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, com os

países desenvolvidos assumindo a liderança.

- Garantir a estrutura para uma transição energética justa e condições favoráveis, como o financiamento para a transição no Sul Global, no âmbito dos arranjos do Roteiro de Baku a Belém.
- A eletrificação da produção industrial deve ser promovida em conjunto com o aumento da eficiência energética, e todos os setores a serem descarbonizados precisam ser previamente eletrificados com energia renovável.

F) Conservação da biodiversidade e eliminação do desmatamento

Com a COP30 sendo realizada em Belém, na maior floresta tropical do mundo e reservatório de biodiversidade, é fundamental que a SB62 prepare o caminho para acelerar o progresso rumo à conservação e restauração de ecossistemas, bem como à interrupção e reversão do desmatamento e da conversão de terras. As expectativas sobre um pacote de iniciativas relacionadas aos ecossistemas, florestas e alimentos incluem:

- Abrir caminho para que em Belém seja obtido um resultado político negociado para implementar o compromisso do GST de deter e reverter o desmatamento até 2030, buscando a inclusão das florestas e da natureza no processo formal de negociações.
- O [Fundo Floresta Tropical para Sempre](#) (TFFF): apresentado pelo Brasil na COP28 como um fundo global permanente dedicado a apoiar a conservação das florestas tropicais, é uma iniciativa que pode ser um divisor de águas e aumentar significativamente os incentivos para manter as florestas em pé e combater o desmatamento.
- Um novo Programa de Trabalho sobre Clima e Natureza: para operacionalizar o alinhamento com o [Marco Global de Biodiversidade](#) determinado pelo Balanço Global (GST) e as recomendações para deter e reverter o desmatamento até 2030.
- A inclusão das florestas nas NDCs, conforme os artigos 33 e 34 do GST, incluindo o estabelecimento de metas de mitigação de emissões específicas para florestas e o destaque de ações para implementar cadeias de suprimentos livres de desmatamento e conversão.

G) Justiça climática

Questões de justiça social, inclusão de grupos vulneráveis e afetados e transições justas estão se tornando cada vez mais centrais para a política climática internacional e para sua implementação nos níveis nacional e subnacional. A nova Presidência brasileira da COP30 propôs uma série de iniciativas para envolver vozes que têm sido sub-representadas. Na SB62, está previsto o diálogo anual da [Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Locais](#) (LCIPP, na sigla em inglês), sobre engajamento ético e equitativo dos povos tradicionais nas NDCs. Nesse tema, dois processos em andamento merecem atenção especial:

- O [Programa de Trabalho para uma Transição Justa](#) (JTWP, na sigla em inglês), caiu na Regra 16 durante a COP 29, quando não há acordo nas negociações. A transição para uma economia sustentável de baixo carbono deve ser realizada de forma justa, equitativa e inclusiva para todos os grupos sociais – em especial trabalhadores e comunidades vulneráveis – sem que ninguém fique para trás. Os benefícios e desafios da transição devem ser distribuídos na sociedade de forma proporcional à inclusão ou à marginalização histórica de diferentes atores da economia. A participação social nesse debate é central, pois cada comunidade, país e região enfrenta desafios específicos relacionados às mudanças climáticas, e as soluções para uma transição energética dependem dos contextos sociais, políticos e geográficos. É urgente que a UNFCCC chegue a um acordo sobre uma ampla estrutura para garantir uma

transição justa, incluindo um Plano de Ação para uma Transição Justa.

- Povos indígenas e comunidades locais, cujas contribuições na liderança climática e na gestão da natureza foram reconhecidas na COP29. A SB62 deverá continuar a promover que tanto os direitos dos Povos Indígenas quanto das comunidades locais de salvaguardar, governar e gerir suas terras, territórios e sistemas de conhecimento tradicionais, sejam devidamente reconhecidos e apoiados.

9. Agenda do WWF-Brasil

Coletiva de imprensa: “World Benchmarking Alliance: Transição dos combustíveis fósseis e operacionalização do Consenso dos Emirados Árabes Unidos”

Data: 21 de junho.

Horário: 10h30 (hora local).

Local: Sala de Imprensa – Auditório Nairobi 4 – Edifício Principal – World Conference Center – Bonn.

Equipe do WWF-BRASIL em Bonn, na Alemanha

Alexandre Prado, especialista em mudanças climáticas
(temas: mitigação, mercado de carbono, NDC brasileira)

Flávia Martinelli, especialista em mudanças climáticas
(temas: adaptação)

Tatiana Oliveira, especialista em políticas internacionais
(temas: financiamento climático, GST)

Marcelle Souza, líder de imprensa – (11) 91780-0526

FICHA TÉCNICA

Realização

WWF-Brasil

Equipe técnica

Alexandre Prado

Flavia Martinelli

Tatiana Oliveira

Marcelle Souza

AViV Comunicação

Texto

Fábio de Castro

Diagramação

Regiane Stella Guzzon

Fotos

Shutterstock



Trabalhamos em defesa da natureza
pelas pessoas e pela vida selvagem

#JuntosÉpossível

wwf.org.br

© 2025

WWF-Brasil: CLS. 114 Bloco D 35 CEP: 70377-540 Asa
Sul, Brasília/DF

® "WWF" é Marca Registrada WWF. © 1986 – Símbolo
Panda WWF – Fundo Mundial para a Natureza (também
conhecido como Fundo Mundial para a Vida Selvagem)

Para informações de contato e maiores informações,
favor acessar nossa página em wwf.org.br